

RESOLUÇÃO Nº 230/2022-CPJ

Altera a Resolução nº 104/2015-CPJ, que define as atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Final e dá outras providências.

○ **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010 e considerando o que consta no procedimento Gedoc nº 20.14.0001.0000540/2022-02;

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 104/2015-CPJ passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 10.

ÁREA CRIMINAL

I)

I.I) A 1ª Promotoria de Justiça Criminal possui as seguintes atribuições:

a) atuar em 50% (cinquenta por cento) dos feitos de crimes dolosos contra a vida e os com estes conexos, inclusive nos crimes de feminicídio, tentado ou consumado, desde as medidas pré-processuais, cautelares e incidentais até o sumário de culpa, perante o juízo competente da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande;

b) atuar nas medidas protetivas e nos feitos de natureza cível perante o juízo competente da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande, nos casos que envolverem crimes de feminicídio, tentado ou consumado;

c) acompanhar e fiscalizar, em conjunto com a 6ª Promotoria de Justiça Criminal, as políticas públicas voltadas ao combate da

violência doméstica e familiar e à defesa das vítimas, bem como atuar no fomento de projetos e ações interinstitucionais relacionadas ao crime de feminicídio, na comarca de Várzea Grande.

.....
I.VI)

a) atuar em metade dos feitos judiciais e das audiências afetas à Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande, exceto nos Crimes de Feminicídio, tentado ou consumado;

.....
I.VII) A 7ª Promotoria de Justiça Criminal possui as seguintes atribuições:

a) atuar em 50% (cinquenta por cento) dos feitos de crimes dolosos contra a vida e os com estes conexos, inclusive nos crimes de feminicídio, tentado ou consumado, desde as medidas pré-processuais, cautelares e incidentais até o sumário de culpa perante o juízo competente da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande;

b) atuar nas medidas protetivas e nos feitos de natureza cível, perante o juízo competente da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande, nos casos que envolverem crimes de feminicídio, tentado ou consumado;

c) acompanhar e fiscalizar, em conjunto com a 6ª Promotoria de Justiça Criminal, as políticas públicas voltadas ao combate da violência doméstica e familiar e à defesa das vítimas, bem como atuar no fomento de projetos e ações interinstitucionais relacionadas ao crime de feminicídio, na comarca de Várzea Grande.

.....
I.X)

a) atuar em metade dos feitos judiciais e das audiências afetas à Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande, exceto nos Crimes de Feminicídio, tentado ou consumado;

b) atuar nos Inquéritos Policiais e respectivos incidentes afetos à Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Várzea Grande, exceto nos Crimes de Feminicídio, tentado ou consumado.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 18 de abril de 2022.

Cuiabá-MT, 12 de abril de 2022.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ROBERTO APARECIDO TURIN

Procurador de Justiça
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça